

EMANUELLE DUARTE JUNGER

**REGISTROS DE ALFORRIAS NA VILA DE NOSSA
SENHORA DO CARMO
(1716-1722)**

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2003.

EMANUELLE DUARTE JUNGER

**REGISTROS DE ALFORRIAS NA VILA DE NOSSA
SENHORA DO CARMO
(1716-1722)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientadora: Andréa Lisly Gonçalves

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2003.

Dedicatória

Aos meus queridos pais.

Agradecimentos

A presente monografia contou com pessoas que foram muito importante e essenciais nesta etapa da minha vida estudantil.

Sou profundamente grata ao meu namorado Ricardo Ildefonso de Campos por ter me mostrado o valor de uma pesquisa me incentivando desde o início a elaboração deste trabalho.

Agradeço a generosa atenção recebida por parte do professor Antônio Carlos Jucá de Sampaio, que me ajudou nas transcrições iniciais dos documentos me amparando num momento de desânimo. Através do seu apoio e disponibilidade pude desenvolver o início da pesquisa.

À minha orientadora Andréa Lisly Gonçalves expresso uma enorme gratidão seguida de uma admiração por seu profissionalismo. A partir de nossos encontros pude extrair sugestões enriquecedoras para finalização do trabalho. Devo ainda agradecer a sua dedicação diante da pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana agradeço a recepção e paciência que tiveram no decorrer do levantamento dos documentos.

Agradeço a generosa ajuda do amigo Alexandre Gabriel Franchim, seus conhecimentos em informática foram indispensáveis para a montagem do banco de dados.

Em especial, gostaria de dizer aos meus pais: Silvio Perroux Junger e Clemilda Soares Duarte Junger que sem a presença deles em minha vida este trabalho não seria possível.

RESUMO

Monografia de Bacharelado em História Social que analisa o comportamento das principais variáveis intervenientes no processo de alforria - sexo, origem, condicionalidade, etc - na Vila de Nossa Senhora do Carmo no período de 1716-1722.

ABSTRACT

This is a Baccalaureate Final Paper in Social History which analyzes the behavior of the main variables that intervene in the process of manumission - sex, origin, conditionality, etc - in the village of Nossa Senhora do Carmo in the period of 1716 -1722.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	VII
1-Introdução.....	8
2-Relação entre a política da concessão de alforrias e a conjuntura econômica do século XVIII.....	13
3- Historiografia.....	24
4- Análise das variáveis no processo de alforria na Vila de Nossa Senhora do Carmo , 1716-1722.....	29
5-Conclusões.....	43
6-Anexo 1: Mapa dos negros que se capitaram desde que principiou a capitação em cada uma das Comarcas, 1735-1750.....	46
7-Bibliografia	
7.1. Livros citados e/ou consultados.....	53
7.2. Artigos citados e/ou consultados.....	56
7.3. Obras de Referência.....	58
7.4. Fontes primárias.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Alforrias, por ano, na Vila de Nossa Senhora do Carmo (1716-1722)..	17
Tabela 2 Alforrias, por ano, em Mariana (1770-1775).....	18
Tabela 3 Representatividade das variáveis.....	30
Tabela 4 Alforrias, por gênero, na Vila de Nossa Senhora do Carmo (1716-1722).....	31
Tabela 5 Crianças alforriadas na Vila de Nossa Senhora do Carmo (1716-1722).....	33
Tabela 6 Distribuição da população alforriada na Vila de Nossa Senhora do Carmo Por qualidade do cativo (1716-1722).....	35
Tabela 7 Distribuição da população alforriada na Vila de Nossa Senhora do Carmo por qualidade e gênero do cativo (1716-1722).....	37
Tabela 8 Alforrias gratuitas, condicionais e onerosas na Vila de Nossa Senhora do Carmo (1716-1722).....	39

1 - Introdução

O tema deste trabalho está voltado basicamente para os registros de alforrias na primeira metade do século XVIII, nos anos de 1716 a 1722 na Vila de Nossa Senhora do Carmo, futura cidade de Mariana.

A escolha da região se deve ao fato de que Mariana, como é sabido, estava entre as regiões mais importantes da capitania, inclusive nos anos iniciais da mineração, ocupando a posição de maior distrito escravista e mineratório de Minas Gerais.¹ De acordo com Renato Pinto Venâncio, Mariana foi um dos principais centros escravistas das Gerais, reunindo, no ano de 1718, 10.937 escravos, do total de 34.475 cativos mineiros dedicados a faina aurífera, sem contar que a Vila do Carmo foi responsável por um volume auferido na cobrança do quinto local de 104,3 kg de ouro em relação aos 367,5 Kg obtidos no conjunto da capitania.²

A pesquisa se baseia especialmente nos anos de 1716 a 1722 por ter havido iniciativas tomadas pelo governador Conde de Assumar, através de sucessivos

¹BERGARD, 1994, p. 497.

²VENÂNCIO, 1997, p. 166. Em outro artigo, o mesmo autor chama a atenção para o desenvolvimento de atividades agrícolas na região, de forma concomitante à mineração: "A ocupação da região data de fins do século XVII, sendo a principal área de produção aurífera colonial. A lavra de ouro, porém, não era a única atividade local. Há alguns anos, historiadores começaram a chamar a atenção para o fato de que, apesar das leis proibitórias, as atividades agrícolas floresceram lado a lado à mineração. Pesquisa por amostragem em inventários *post-mortem* revelou, por exemplo, que no início do século XVIII cerca de 33% das propriedades das freguesias rurais de Mariana eram agrícolas ou mistas: produziam ouro e alimentos". *Estudos Afro-Asiáticos*, (21), dezembro de 1991. p.97-8.

bandos no ano de 1719 com o sentido de proibir as alforrias sem licença da Sua Majestade.³

O tema das alforrias tem conquistado um espaço significativo na historiografia que estuda a sociedade e a economia mineira do século XVIII. Principalmente quando é colocada em discussão a "ineficiência" das medidas adotadas pela metrópole no intuito de impedir a prática das alforrias na região mineradora.

A carta de alforria é uma fonte primária para o estudo das manumissões, sendo também conhecida como carta de liberdade e foi um instrumento legal através do qual se documentava a passagem de um indivíduo de uma condição legal de escravo para uma condição legal de livre. Ela não é a única fonte conhecida e importante para o estudo do ato de alforriar: os registros de batismos, os testamentos e inventários depositados nos arquivos também são documentos importantes para o tema, mas o presente trabalho se deteve somente nas escrituras de alforrias. Foram pesquisadas todas as cartas de alforrias encontradas no livro de notas do primeiro ofício de Mariana, para o período, num total de 370 documentos.

Para registrar uma carta de alforria, o senhor ou seu procurador chamava o tabelião e ditava os termos da carta para um escrivão. A carta era datada, assinada e atestada por duas testemunhas e pelo próprio tabelião. Nelas constam os

³ Bandos 21 de novembro de 1719, Revista do Arquivo Público Mineiro, XXIV n°2 (1933) p.562 e 600.

seguintes dados - embora nem todas as cartas os destacassem -: a identidade do outorgante, no caso, o senhor ou seu procurador, seu nome, conseqüentemente o sexo, estado civil, e a residência. Depois, a identidade do alforriado, seu nome e sexo, idade, cor, origem, profissão, filiação, estado civil e, não freqüentemente, a história de como ele veio a ser escravo de seu último senhor. Por último, as condições da alforria, que podia ser a título gratuito ou a título oneroso.

O registro de cartas de alforria era freqüentemente uma forma de se evitar contestações à intenção do proprietário, preservando sua vontade, principalmente contra os litígios de herdeiros; muitas vezes existia um espaço de tempo entre a doação da carta e o seu registro.⁴

Segundo Sheila de Castro Faria:

"Conquistar a alforria significava, sem dúvida, um ganho não desprezível para homens e mulheres cativos. Resultado, muitas vezes de anos de trabalho duro para poupar o equivalente a seu preço, ou tempos de "dedicação ao senhor" e de "bons serviços prestados", na realidade, o ganho mais evidente era o exercício da liberdade de movimento".⁵

Obter a alforria, portanto, poderia, ter significados tão diferentes quanto as especificidades registradas na escritura de alforria, o que tornava cada manumissão um caso singular. Por isso, as cartas de alforria, ou escrituras de liberdade, constituem-se em fontes privilegiadas para o estudo e análise das

⁴LARA, 1998. p.248-249.

⁵FARIA, 1998. p.175.

manumissões. Portanto, ao mesmo tempo em que possibilitam um estudo quantitativo das variáveis tradicionalmente associadas ao estudo das alforrias, elas fornecem informações que permitem reconstituir os principais mecanismos que presidiam a política de manumissões.⁶

O objetivo do trabalho visa estabelecer uma comparação entre o comportamento das principais variáveis no processo de alforria - sexo, cor, origem, forma, idade, etc - no período considerado. Por não se tratar de uma obrigação legal, não se pode pressupor que o número de alforrias registradas reflita o número de alforrias realizadas na Vila de Nossa Senhora do Carmo no sete anos estudados.

Serão apresentadas algumas estimativas acerca do quantitativo de libertos na Vila do Carmo no período de 1716 a 1722. Assim, a proposta metodológica para atingir os objetivos será baseada nas principais questões levantadas acerca do forro, e conseqüentemente as escrituras de alforrias não só revelarão um levantamento quantitativo como também alguns aspectos qualitativos que envolviam o universo da população alforriada.

As alforrias foram um importante elemento do sistema escravista que se estabeleceu no Novo Mundo. Para a região onde a mineração foi mais predominante, é imprescindível compreender o processo como se dava a

⁶ GONÇALVES, 1999. p.20. Tese de doutorado.

concessão de alforrias para entendermos a experiência da transição da condição de escravos para a de libertos.

2- Relação entre a política da concessão de alforrias e a conjuntura econômica do século XVIII.

Antes de abordarmos as análises quantitativas levantadas acerca do universo de libertos em Mariana, no período de 1716 a 1722, faremos uma relação da política da concessão de alforrias com a conjuntura econômica ao longo do século XVIII.

Existe, na historiografia que se ocupa do tema das alforrias, uma série de debates que considera a ordem econômica determinante na decisão de muitos senhores de passarem carta de alforria a um ou mais de seus escravos.

Quais fatores influenciaram na frequência da alforria? Muitas e divergentes são as respostas. Alguns autores relacionam uma maior frequência com as fases de depressão e uma menor frequência com as fases de prosperidade da mineração.

Segundo Jacob Gorender, a proporção de libertos na primeira metade do século XVIII, foi das menores registradas em regimes escravistas, principalmente porque o escravo era caro e a extração do ouro rendia lucros consideráveis. Já na fase de decadência, o número de libertos multiplicou, constituindo a alforria uma maneira do proprietário se desfazer da obrigação de manter o escravo.¹

Vidal Luna e Iraci Del Nero pesquisando sobre o número de proprietários forros durante o auge da extração do ouro e diamantes em Minas Gerais,

¹ GORENDER, 1980. p 354.

concluíram que a conjuntura económica favorável e o processo de trabalho facilitavam as alforrias:

" Por rigoroso que fosse o controle exercido, em particular na lavagem do cascalho, o escravo detinha elevada parcela de responsabilidade na localização das pedras preciosas e das partículas de ouro. Por essa razão, os mineiros procuravam estimular seus escravos concedendo-lhes prêmios por produção, donde, a grande frequência de alforrias "-

Da mesma forma, Wilson Cano aponta que as maiores taxas de alforria aconteceram diante da conjuntura de crise económica característica da segunda metade do século XVIII, este crescimento era interpretado como uma reação dos proprietários diante da crise e não como uma mobilidade social alcançada pelos escravos.³

As informações sobre a prática de alforrias na Vila de Nossa Senhora do Carmo baseiam-se em uma amostra de 370 cartas de alforrias, depositadas no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana e constantes nos Livros de Notas do Tabelião do 1º ofício.

Os sete anos compreendidos entre 1716 e 1722 correspondem basicamente ao início da mineração. Como já foi dito na introdução, houve nesta época uma série de bandos que o governador da capitania de Minas Gerais, D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, decretou para tentar coibir a prática de alforrias. O Bando de 21 de novembro de 1719 estabelecia *"para que tenha morte natural*

¹LUNA & COSTA, 1980, p 836-7

³CANO, 1977.

todo negro fugido, depois do depoimento de 4 testemunhas e do julgamento dos ouvidores, sendo a cabeça exposta na entrada do arraial mais visinho. Prohibe igualmente se passem cartas de alforria sem ordem de S. Magestade. Estabelece que nenhum negro poderá possuir escravos ou bens. Prohibe aos vigários baptizarem escravos que tragam negros por padrinhos..."⁴

De um modo geral, já podemos concluir que as iniciativas tomadas pelas autoridades foram ineficientes pelo fato dos senhores de escravos continuarem a manumitirem seus escravos, sem que para tanto consultassem a Coroa Portuguesa. É o que se constata a partir de uma consulta à documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, relativa a Minas Gerais. Não existe, naquela documentação, qualquer consulta, enviada por proprietário de escravos, solicitando autorização para alforriar escravos.⁵

Apesar dos livros não serem completos, pela ausência de fechamento e seqüência de páginas, o que se pretende mostrar aqui é que 370 alforrias, no início da mineração, é um número significativo sobretudo se compararmos com o número bem menor de manumissões levantadas no período de 1770-1775 por

⁴ Bandos de 21 novembro de 1719, Revista do Arquivo Público Mineiro, XXIV n°2 (1933) p. 562 e 600.

⁵ O primeiro documento relativo a alforrias no Arquivo Histórico Ultramarino data de 1726 e não possui relação com pedido de concessão de alforrias. BOSCH, Caio César (coord.). *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

Andréa Lisly Gonçalves em seu artigo sobre "*Registros de alforrias em Mariana no século XVIII*".⁶

Antes de fazer esta comparação é necessário ressaltar que não estamos levando em conta o número de população livre e escrava de Mariana para o século XVIII, portanto apresentaremos apenas algumas conclusões aproximadas.

Por se tratar de períodos com conjunturas econômicas diferentes, é indiscutível a importância de Mariana no contexto da capitania nos anos iniciais do século XVIII. Renato Pinto Venâncio destaca que "*a futura capital da primeira diocese mineira respondia por quase um terço da renda fiscal amealhada nas Gerais*".⁷ A partir daí, podemos supor que "Mariana" se situava entre os principais centros mineratórios desde as primeiras décadas da mineração. O mesmo se observa nos dados de Julita Scarano sobre a Vila do Ribeirão do Carmo: "*A renda (do distrito Diamantino) aliás também era bastante inferior (à das Comarcas Maiores), 6778, sendo a de Vila Rica de 39.569 ou a do Ribeirão do Carmo de 46.414*"}

Após considerar a importância que a região apresentava no alvorecer da mineração, podemos partir para a comparação do número de alforrias levantadas de 1716 a 1722 como demonstra a TAB 1, com os dados que Gonçalves estudou para 1770-1775 (TAB 2).

⁶ Gonçalves, 1995, p 202.

⁷ Venâncio, 1997, p. 165-181.

⁸ Scarano, 1978, p. 104.

TABELA 1

Alforrias, por ano, na Vila de Nossa Senhora do Carmo (1716-1722)

ANO	Nº ALFORRIAS	%
1716	8	2
1717	58	16
1718	66	18
1719	103	28
1720	46	12
1721	57	15
1722	32	9
TOTAL	370	

* Total de alforriados incluindo as crianças e uma carta considerada ilegível.

Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

Nota-se que o ano de 1719 alcançou uma superioridade no número de alforrias em relação aos outros anos, e foi nesta data que o Conde de Assumar proibiu que os proprietários de escravos passassem cartas de alforrias para seus escravos sem aquiescência do Rei de Portugal. Os dados são ainda mais significativos se considerarmos que os anos em questão correspondem ao início da atividade extrativa do ouro, período de superexploração da mão-de-obra escrava.

Evidentemente, temos consciência das limitações que estão representadas nas cartas de alforrias, já que não existia uma obrigação legal de se registrar a carta. Outro fator é que não estamos considerando a quantificação concernente à escravaria mineira.

Voltando às teses de Vidal Luna, ele insiste que:

"Apesar do intenso controle e fiscalização sobre os cativos, somente através de estímulos obtinha-se efetiva dedicação por parte dos escravos. Ofereciam-se determinados tipos de recompensas, em geral materiais, ou se concedia relativa liberdade de trabalho ao cativo. Eram freqüentes os casos nos quais autorizava-se ao escravo dedicar-se por algumas horas à extração em seu próprio benefício, após o desempenho da jornada de trabalho estipulada ou após obter determinado volume mínimo de produção. Com isto, muitos cativos obtinham recursos para a compra de sua própria liberdade".⁹

Se compararmos a TAB 1 com os dados levantados por Gonçalves no período de 1770-1775 (TAB 2) notaremos uma diferença expressiva, caindo as alforrias à metade em relação ao período de 1716-1722.

TABELA 2

Alforrias, por ano, em Mariana (1770 - 1775)

ANO	Nº ALFORRIAS	%
1770	35	19
1771	3	2
1772	59	33
1773	25	14
1774	30	16
1775	30	16
Total	182	

Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

Os dados da TAB 2 comprovam que houve um decréscimo de 370 alforrias para 182 alforrias nos anos de decadência da atividade mineradora. Gonçalves

⁹ LUNA, 1982, p. 38-9.

ressalta que "quando a economia "dobra a finados" as taxas de alforrias sucumbem com ela"¹⁰

Observa-se que o ano de 1772 apresentou um número maior de alforrias, apesar dos volumes incompletos. A partir daí, vale destacar que muitos dos livros pesquisados estavam incompletos não podendo obter um quantitativo exato das alforrias, além do fato de estarmos trabalhando com um único tipo de fonte. Outro aspecto menos relevante diz respeito aos anos estudados, o primeiro período engloba sete anos e o segundo seis anos.

Depois destas ressalvas e através dos dados apresentados voltamos ao debate inicial sobre as taxas de alforrias em relação à conjuntura econômica. Elas foram mais significativas no período de maior dinamismo da economia mineradora ou mais numerosas no período de crise da atividade extrativa? Analisando as fontes documentais e levando em conta as necessárias ressalvas, indicamos que as teses dos historiadores que defendem elevadas taxas de alforrias nos anos iniciais da mineração parecem estar mais próximas da realidade.

Por fim, faremos uma comparação com uma das principais fontes para o estudo quantitativo das alforrias em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII: *O Mapa dos negros que se capitaram desde que principiou a capitação em cada uma das comarcas*, que se encontra em anexo a esta monografia.

¹⁰GONÇALVES, 1995,p.217.

O Mapa dos negros que se capitaram desde que principiou a capitação em cada uma das comarcas, faz parte de uma coleção de documentos do Códice Costa Matoso¹¹ e é um registro importante que auxilia na investigação do sistema fiscal implantado nas Minas, ao longo do século XVIII.

O sistema de capitação começou a vigorar em 1735, as Intendências localizadas em cada um dos principais distritos da capitania executavam as cobranças nos meses de janeiro e junho. Os registros dos escravos e censo das indústrias feito pelas autoridades fiscais de cada localidade eram enviados ao Governador da Capitania e em seguida encaminhado ao Conselho Ultramarino.

Apenas os escravos e os forros aparecem quantificados no *Mapa* sendo que os Livros Fiscais das Intendências listavam os cativos, os libertos, os comerciantes - divididos em três categorias; os de loja grande, mediana, e inferior - os donos de boticas e os oficiais mecânicos. As informações contidas no *Mapa* serão utilizadas para uma breve comparação com o número de alforrias pesquisado nos anos iniciais da mineração. A partir dos dados sobre a população forra no *Mapa dos negros que se capitaram...*, Jacob Gorender, concluiu que,

¹¹ FUNDAÇÃO João Pinheiro. Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC. 1999. Doc 46, p. 406-413.

"A estatística do Códice Costa Matoso, baseada na matrícula do imposto de capitação, revela que, entre 1735 e 1749, os homens de cor forros representaram, em média, cerca de 1,2% em confronto com a população escrava. Em 1735, foram computados 1420; em 1749, 961. É evidente que, nesta fase, o preço do escravo era tão alto que não podiam deixar de ser muito pequenas as possibilidades de alforria. O panorama do período posterior já se apresentou profundamente diverso".¹²

Os dados constantes no *Mapa* sobre a população forra na cidade de "Mariana" para os anos iniciais da cobrança do tributo, sobretudo entre 1735 e 1739, demonstram que o número de libertos registrados é muito baixo, principalmente se levarmos em consideração o fato de que Mariana apresentava um dos maiores contingentes de população escrava. Comparando com o exame dos papéis de liberdade registrados nos Livros de Notas do Tabelião podemos assinalar que entre 1716-1722 houve uma incidência significativa de alforrias na Vila de Nossa Senhora do Carmo.

Em consequência, teremos uma problematização diante do comportamento do quantitativo de alforrias em relação à conjuntura. O número de forros assinalado para o período de 1735 a 1750 compromete a afirmação de que o número de alforrias foi maior no período de auge da mineração. Mas como se trata de um documento fiscal, é possível que os números de forros estejam subestimados além da exclusão de uma boa parte da população, com destaque para os forros que viviam abaixo da linha de pobreza e não podiam efetuar o

¹²GORENDER, 1980.p.441.

pagamento de qualquer tributo. Outra hipótese seria a de que um número expressivo de forros encontrasse na migração para outras capitanias uma forma de exonerar-se da capitação.

Esta problematização, por sua vez, reforçaria a conclusão do autor de "O escravismo colonial" de que o crescimento do número de libertos, em finais do século XVIII, partindo de números inexpressivos como os verificados entre 1735 e 1749, correspondeu ao processo de decadência da atividade mineradora quando então "multiplicou o número de alforrias", constituindo a manumissão uma forma do proprietário não ter que manter um escravo e no caso das alforrias condicionais, tentar reaver o investimento inicial feito na aquisição do escravo.

Ao que parece, os dados contidos no *Mapa*, sobre a população forra não permitem relacionar aspectos do comportamento da prática de manumissões de acordo com as conjunturas económicas. Não se tratava, portanto, de toda a população manumitida existente, já que os forros proprietários de escravos encontravam listados juntamente com os livres na mesma condição.

Um outro aspecto importante envolve as crianças manumitidas. Os dados contidos no *Mapa*, não reúnem as crianças manumitidas, reduzindo a confiabilidade dos dados sobre a população forra contidos no documento da capitação.

Estas observações sugerem a necessidade de dados quantitativos mais precisos sobre o total de libertos em Minas Gerais, na primeira metade do século

XVIII. Apesar de o *Mapa dos negros que se capitaram desde que principiou a capitação em cada uma das comarcas*, não abranger a totalidade de libertos, ele nos auxiliou para demonstrarmos que os números de alforrias entre 1716-1722 foram consideráveis.

3-Historiografia

Os estudos sobre a história social têm se beneficiado dos avanços experimentados pela história quantitativa e serial. Em relação ao Brasil, a partir do início da década de 80 verificou-se um impulso nos trabalhos quantitativos voltados, principalmente, para o estudo da demografia escrava. Escravos emergem como agentes históricos, apesar das dificuldades em se estabelecer os processos de estratificação social em contextos escravistas.

O tema das alforrias já apresenta um número significativo de pesquisas que focalizam o Pará, a Paraíba, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Não faltam estudos detalhados sobre os alforriados: desde o começo da década de 1970, quando Graham chamou a atenção para o valor de uma pesquisa sobre a alforria, uma série de estudos baseados em cartas de alforria tem sido publicada.¹

Kátia Mattoso, Herbert Klein, Stanley Engerman, em um estudo sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia 1819-1888, analisaram 263 livros de onde foram retiradas as cartas. Neste trabalho, Mattoso organizou um extenso estudo sobre os procedimentos e práticas de alforria em sociedades escravistas das Américas.²

¹ GRAHAM & EISENBERG, 1989. P. 256.

² MATTOSO, KLEIN & ENGERMAN, 1988. Outro trabalho importante da autora é "Ser escravo no Brasil", São Paulo, 1982.

Silvia Hunold Lara também trata do tema das alforrias em seu livro *Campos da Violência*, analisando as relações sociais no Brasil de fins do século XVIII e início do século XIX nos Campos dos Goitacases, demonstrando uma outra história, diversa da tradicional entre senhores e escravos.³

Ligia Bellini, em seu estudo sobre o cotidiano de senhores e escravos no Brasil colonial analisou 356 cartas que estão depositadas no Arquivo Público do Estado da Bahia. Nelas, o escravo não aparece no papel de vítima passiva, sem qualquer autonomia para viver a sua vida, ou como alguém cuja obediência é mantida exclusiva ou principalmente pelo chicote.⁴

A História que nos é apresentada consiste na variadas sugestões implícitas nos seus relatos: a vida de homens e mulheres, pobres e subordinados.

Em fins da década de 1970, e principalmente nos anos 80 e 90, multiplicaram-se as pesquisas com fontes primárias, resultado da maior dinamização dos centros de pós-graduação do país. O período colonial foi contemplado com menos estudos de história econômica e social, sendo privilegiados, para o período, os estudos da sexualidade, mentalidades⁵ e em publicações recentes, sobre a mulher e a vida privada.⁶

³ LARA, 1988.

⁴ BELLINI, 1988, p.73.

⁵ VAINFAS (1988), PRIORE (1993), MOTT (1988) e REIS (1991).

⁶ PRIORE (1997) e NOVAIS (1997).

Em linhas gerais pode-se dizer que interesses se deslocaram das macro para as microanálises, fundamentais para composição de teorias mais amplas.

Outros autores contribuíram para a historiografia que tratam do tema das alforrias. Manuela Carneiro da Cunha, em sua obra: *Negros, estrangeiros os escravos libertos e sua volta à África*⁷ postula que a taxa de manumissão parece ter sido mais comum onde e quando não se empregassem tantos escravos.

Mary C. Karasch⁸, estudando a vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850, dedica um capítulo à carta de alforria, ressaltando que estes documentos são raros da cidade do Rio de Janeiro. A autora faz uma análise quantitativa e qualitativa das cartas no período de 1807-1831, computando 1319 forros em 904 cartas registradas nos livros de notas do primeiro cartório.

Peter L. Eisenberg também contribuiu, com um enfoque original, para o estudo da alforria. A partir de um levantamento de cartas de alforria nos livros de notas dos cartórios do 1º e 2º ofícios de Campinas, São Paulo, ele avaliou se o padrão de alforrias de Campinas coincidia com o padrão proposto por Gorender.⁹

Luna e Costa pesquisaram as alforrias durante o auge da extração do ouro e diamantes em Minas Gerais e concordaram que a conjuntura econômica favorável e a natureza do processo de trabalho facilitavam as alforrias.¹⁰

⁷ CUNHA, 1985, p.22.

⁸ KARASCH, 2000, edição traduzida.

⁹ EISENBERG, 1985, p.354-5

¹⁰ LUNA & COSTA, 1979.

Analisando uma série de 357 testamentos de homens e mulheres, livres e libertos moradores na Comarca do Rio das Velhas, Capitania de Minas Gerais, registrados entre 1720 e 1785, Eduardo França Paiva empreendeu um estudo sobre o universo colonial e sobre o cotidiano das relações escravistas na região, privilegiando alguns temas inclusive o significativo número de alforrias e de coações.

Carlo Monti em sua dissertação de mestrado "O processo de alforria: Mariana (1750-1779)" analisa as variáveis intervenientes no processo de alforria, em Mariana, na segunda metade do século XVIII.¹¹

Andréa Lisly Gonçalves, em sua tese de doutorado, faz um estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial detalhando, quantitativa e qualitativamente, as principais variáveis relacionadas à política de concessão de alforrias.¹³

O setecentos mineiro é repleto de temas que continuam inspirando os historiadores, brasileiros e estrangeiros, de todas as tendências. A região aurífera e diamantífera sempre atraiu muitos estudiosos, as camadas excluídas e marginalizadas têm conquistado muitos esforços investigativos.

¹¹ PAIVA, 1995.

¹² MONTI, 2001.

¹³ LISLY, 1999.

Embora uma nova historiografia sobre as manumissões venha sendo empreendida, é necessário uma intensificação das pesquisas envolvendo novas e diferentes análises.

4- Análises das variáveis no processo de alforria na Vila de Nossa Senhora do Carmo, 1716-1722.

As seqüelas e marcas do escravismo foram além dos castigos, lesões corporais e do estigma da própria cor. Poucos alcançaram um prestígio social que anulasse a sua identificação pela cor/condição.

O processo de alforria apresentou vários significados, o que nos impede de fazer generalizações tendo, em vista a particularidade de cada caso, bem como as várias interpretações a seu respeito.

Na historiografia brasileira, pode ser destacada uma corrente que interpreta as alforrias demonstrando que elas pouco contribuíram para uma mudança na vida dos ex-escravos. Lara afirma, "... não mais escravo nem inteiramente livre, os libertos possuíam uma margem muito estreita de ação. Quer pelas cláusulas freqüentes de pagamentos parcelados ou prestação de serviços, ou ainda pelo apadrinhamento, quer pôr uma rede de relações pessoais que os envolvia e controlava, o liberto permanecia ainda sob o domínio senhorial. Um domínio que, em muitos casos, assemelhava-se àquele que subjugava e controlava os próprios cativos".¹

Assim, o forro carregava consigo os preconceitos raciais e sociais, mesmo tendo alcançado a condição de livre, ele estava destinado a ser associado à

¹LARA, 1987, p.b-9, b-10.

escravidão e considerado um indivíduo discriminado socialmente numa sociedade onde não havia lugar para ele.

O objetivo deste capítulo se concentra justamente na análise das escrituras de alforrias e liberdade a fim de se estabelecer o comportamento das principais variáveis no processo de alforria - gênero, origem, tipo de alforria - no período assinalado. Pretendeu-se, através do exame da documentação, apresentar um estudo quantitativo acerca destas variáveis.

As conclusões do nosso estudo dependerão da representatividade dos dados. Alguns aspectos ou variáveis constaram em todas as cartas, outros apareceram numa frequência menor, conforme se verifica a partir da TAB 3.

TABELA 3
Representatividade das variáveis

Variável	Nº Alforrias
1-Sexo	369
2-Idade	188
3-Cor	358
4-Origem	357
5-Forma	364

Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

Os autores que estudaram o tema concordam que a mulher escrava era quem mais recebia a carta de alforria, numa proporção bem superior à sua presença no total da população cativa. No contexto específico que estamos

examinando, o dos primórdios da atividade mineradora, a preponderância de escravos do sexo masculino nos plantéis era das mais significativas, o que torna as mulheres bastante sobrerrepresentadas no conjunto dos alforriados (TAB 4).

TABELA 4

Alforrias, por gênero, na Vila de Nossa Senhora do Carmo (1716-1722).

ANO	HOMENS			MULHERES		
	Nº	% NO ANO	% NO PERÍODO	Nº	% NO ANO	%NO PERÍODO
1716	2	2	0,5	6	2	0,6
1717	15	13	4	43	17	5
1718	16	13	4	50	20	5
1719	30	25	8	73	29	8
1720	22	19	6	24	10	3
1721	21	18	6	36	14	4
1722	12	10	3	20	8	2
TOTAL	118		32	252		27

Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

Muitos são os fatores que explicam a maior incidência de mulheres forras. "Desde o início da instalação do sistema de trabalho servil, a mulher era considerada menos produtiva e com menor resistência física, o que, com o seu envelhecimento, devia constituir um inconveniente ainda maior".² O homem escravo foi preferido e valorizado no "mercado de trabalho", em decorrência da sua força física.

² MATOSO, 1988, p.40.

Mas, nada impedia que a mulher escrava pudesse acumular um pecúlio no exercício de profissões que ela monopolizava, como as de prostituta e ama-de-leite. Assim, a escrava conseguia pagar pela sua própria liberdade.

Uma outra explicação enfatiza as relações afetivas que a mulher escrava poderia possuir com seus donos. Freyre destacou a carência de mulheres brancas na colonização e a tendência dos portugueses "para o contato voluptuoso com a mulher exótica",³ portanto esta relação poderia favorecer a alforria da mulher escrava. Essa situação reproduziu-se nas Minas nas primeiras décadas do século XVIII, quando a carência de mulheres brancas é apontada pela historiografia.

Podemos levantar ainda a questão dos laços familiares. A própria família escrava preferia que se alforriassem as escravas com a intenção de salvar da escravidão os futuros irmãos, filhos e netos.

Nota-se na Tab 4, que o número de mulheres alforriadas duplicou em relação ao de homens, no período considerado e que o ano de 1718 foi bastante significativo se compararmos o quantitativo de mulheres manumitida em relação ao gênero masculino.

³ FREYRE, 1966,p.263-4.

Pôr fim, Eisenberg observa que "dentro da própria sociedade brasileira, o homem considerava a mulher inferior, exercendo, portanto, um domínio sobre ela sem a necessidade de que a mesma fosse escravizada".⁴

Analisando o número de crianças alforriadas, o que se observa é uma proporcionalidade entre os sexos não havendo uma superioridade das mulheres como o que acontece no conjunto dos escravos adultos (TAB 5).

TABELA 5

Crianças alforriadas na Vila de Nossa Senhora do Carmo (1716-1722)

ANO	MENINOS			MENINAS		
	Nº	% NO ANO	%NO PERÍODO	Nº	% NO ANO	%NO PERÍODO
1716	2	2	1	3	3	2
1717	10	12	6	12	14	7
1718	13	15	7	17	19	10
1719	27	31	15	28	32	16
1720	16	18	9	12	13,5	7
1721	14	16	8	12	13,5	7
1722	5	6	3	4	5	2
TOTAL	87		50	88		50

Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

Desconsiderando-se **182 cartas** de alforrias que não trazem especificação da idade e uma carta ilegível, levamos em conta as idades de 0-14 anos para classificar as crianças. Encontramos, na documentação, várias crianças alforriadas na mesma carta e em seguida o outorgante reconhecendo sua paternidade. O fator

*EISENBERG, 1989, p 264.

de ordem afetiva influenciou muito nas alforrias de crianças, e quando não era assumida esta paternidade havia uma suspeita por causa das circunstâncias. Uma evidência disso é o caso em que o proprietário João de Brito Leite alforria uma escrava de nome Joanna juntamente com seus cinco filhos: Estenio de 10 anos, Ruberto de 8 anos, Getrudes de 6 anos, Fellix de 3 anos e Anna Maria de 10 meses, todos listados como crioulos. As alforrias de Fellix e Anna Maria foram pagas pelos seus padrinhos, de onde se deduz que os outros escravinhos que foram alforriados gratuitamente seriam filhos do outorgante.⁵

A partir desta mesma carta podemos observar alguns aspectos da política de compadrio. Na documentação pesquisada 7 escravinhos, num total de 175, foram libertados por intermédio de seus padrinhos, ou seja, os próprios padrinhos pagavam pela alforria de seus afilhados. Isto demonstra que os pais das crianças escravas não foram os únicos responsáveis pela libertação de seus filhos, apesar desta política de compadrio não ter tido muito sucesso:

"Freqüentemente, escravos procuravam "pessoas de consideração" para apadrinharem seus filhos, na esperança de que o orgulho das mesmas seria grande demais para permitir que seus afilhados permanecessem em cativeiro; tal esperança, porém, em geral não se concretizava. Em um estudo sobre alforrias na Bahia entre 1684 e 1745, menos de 1% das manumissões e menos de 2% de todos os casos de alforria obtida por compra resultaram de padrinhos que libertaram seus afilhados. Fossem quais fossem as esperanças e intenções dos cativos, tais casos eram raros".⁶

⁵ ACSM, Livro de Notas n° 9, 1719.

⁶SCHWARTZ, 1988, p.331-2.

Muitas crianças, inclusive as mulatas, eram na verdade, libertadas pôr suas mães, e obtinham a liberdade do filho graças ao seu "serviço obediente" (Pelo menos é o que vem declarado na fonte...). Senhores que alforriavam crianças declaravam muitas vezes que o faziam por causa dos bons serviços prestados pelas mães delas.

Uma outra variável relevante no processo de concessão de alforria é a *qualidade* do escravo: se africano, crioulo, negro, mulato, cabra ou pardo. TAB 6

TABELA 6

Distribuição da população alforriada na Vila de Nossa Senhora do Carmo por qualidade do cativo (1716-1722)

Ano	AFRICANOS		CRIoulos*		OUTROS**	
	n°	%	n°	%	n°	%
1716	1	1,11	7	2,65	0	0
1717	16	17,98	38	14,23	4	28,57
1718	20	22,47	41	15,35	5	35,71
1719	27	30,34	72	26,96	4	28,57
1720	4	4,5	41	15,35	1	7,15
1721	15	16,85	42	15,73	0	0
1722	6	6,75	26	9,73	0	0
Total	89	100	267	100	14	100

*Mulatos, pardos, cabras e negros nascidos no Brasil.

** Na categoria de outros estão incluídos: 6 escravos do Gentio da Terra, 2 escravas do Reino(Lisboa), 1 escrava de Nação Inglesa, 1 escrava de Nação Espanhola, 1 escrava de Nação Clara, e 3 cartas ilegíveis.

Fontes: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

Alguns estudos sobre alforrias têm demonstrado um número desproporcional de pardos ou mulatos entre os alforriados. Em Minas Gerais, no

período estudado, essa preponderância se acentua em função da superioridade do número de mulheres africanas no contingente de escravas. No Brasil, e em Minas Gerais talvez não fosse diferente, a atração do branco pela mulata atinge dimensões folclóricas. Assim, chegamos à conclusão de que o senhor alforriava a mulata mais do que a negra já que a aparência física da mulata se assemelhava à do branco. Mas o mesmo não acontecia com o mulato, que era considerado ambicioso, impertinente e cheio de desejo de mobilidade social.⁷

De uma maneira geral, fazendo uma distinção entre africanos e crioulos, os estudos demonstram que apesar de recaírem sobre os mulatos suspeitas de serem "insolentes" e desafiadores da ordem, sobretudo em Minas Gerais, foram justamente eles os que se destacaram no momento da concessão de liberdade. Analisando a TAB 6, notamos uma proporção de três escravos crioulos alforriados, para um escravo africano que alcançava a liberdade.

Stuart Schwartz argumenta que:

"Assim como no treinamento para ocupações especializadas também no processo de manumissão mulatos e crioulos foram geralmente favorecidos, recebendo um número desproporcional de alforrias. No período 1684-1745, os mulatos receberam mais de 45% das alforrias na Bahia, embora constituíssem menos de 10% da população escrava".⁸

EISENBERG, 1989, p. 268
⁸ SCHWARTZ, 1988, p. 100.

Uma outra análise interessante é a distribuição dos africanos e crioulos segundo o gênero. De acordo com a TAB 7 podemos constatar mais uma vez que as mulheres eram alforriadas numa proporção maior que os homens. As hipóteses para tal discrepância já foram comentadas no início deste capítulo quando se analisaram os resultados da TAB 4.

TABELA 7

Distribuição da população alforriada na Vila de Nossa Senhora do Carmo 1716-1722 por qualidade e gênero do cativo.

Ano	N° Africanos		N° Crioulos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1716	0	1	2	5
1717	0	16	14	24
1718	3	17	12	29
1719	1	26	29	43
1720	0	4	22	19
1721	4	11	17	25
1722	0	6	12	14
total	8	81	108	159

Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

A última variável a ser analisada é o tipo de alforria que predominou na Vila de Nossa Senhora do Carmo, no período considerado: se a liberdade condicional ou a incondicional. Examinaremos as condições sob as quais o indivíduo alcançava a alforria.

A carta de alforria podia ser elaborada sem condição alguma, uma liberdade incondicional que chamamos de contrato gratuito. Mesmo sem um

pagamento monetário ou prestação de serviços, para receber a alforria, o indivíduo durante sua vida de escravo já havia fornecido valores para o senhor. Gorender afirma que a alforria nunca fora gratuita ou incondicional. Observando as razões destacadas para a concessão da alforria, como "bons serviços", "lealdade", obediência, ele deduziu "que a expectativa de liberdade condicionou o comportamento do escravo beneficiado".⁹

A alforria gratuita podia ser interessante para o senhor em algumas situações. De acordo com Eisenberg, "ele alforriava gratuitamente, por exemplo, para se livrar de obrigações legais ou morais, por mínimas que fossem, de sustentar escravos improdutivos ou indesejáveis, embora como lembra Gorender, dificilmente ele confessasse tais motivos quando pudesse invocar outros mais dignos".¹⁰

Das 370 alforrias pesquisadas¹¹, 210 eram gratuitas, 130 foram pagas à vista pelo escravo ou terceiros, e 48 sob a condição de prestação de serviços até a morte do senhor. TAB 8.

⁹GORENDER, 1985, p. 356.

¹⁰EISENBERG, 1989, p. 298-299.

¹¹ Excluímos seis que não traziam o registro da condição

TABELA 8

Alforrias gratuitas, condicionais e onerosas na Vila de Nossa Senhora do Carmo (1716-1722)

ANO	GRATUITA			GRATUITA CONDICIONAL			ONEROSA		
	Nº	% NO ANO	% NO PERÍODO	Nº	% NO ANO	% NO PERÍODO	Nº	% NO ANO	% NO PERÍODO
1716	5	2,5	6	-	-	-	3	2	1
1717	29	14	4	9	19	2	18	14	5
1718	34	16	4	4	8	1	27	21	7
1719	63	30	8	3	6	1	35	27	10
1720	32	15	4	5	10	1	14	11	4
1721	26	12,5	3	3	6	1	25	19	7
1722	21	10	3	24	5	7		6	2
TOTAL	210		58	48		13	130		36

Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

A alforria gratuita foi majoritária e explicar as razões para que tal ocorresse nos parece uma tarefa bem difícil. Existem hipóteses que justificariam esta predominância de cartas de liberdade incondicionais. Talvez os senhores alforriassem para evitar as despesas de cuidar de escravos idosos e doentes, embora tentassem esconder esse procedimento. Mas como nem sempre a idade do alforriado era registrada não sabemos precisar o contingente de cativos que se encontrava em época de sua alforria.

Além dos idosos e doentes, as crianças também eram alforriadas incondicionalmente, na maioria dos casos, com o reconhecimento da paternidade do senhor. Havia também senhores que libertavam suas amantes escravas, principalmente se fossem mães de seus filhos.

Em seguida, temos a alforria paga á vista. É necessário ressaltar que não encontramos na documentação alforrias a prazo, a coartação, o que sugere que essa forma de pagamento só se tornou recorrente em períodos posteriores da atividade aurífera. O preço estabelecido para a alforria do cativo equivalia ao valor corrente no mercado e muitas vezes este preço se elevava quando um escravo demonstrava habilidades em determinados serviços¹².

Mas como os escravos compravam sua liberdade? As cartas de alforria fornecem informações sobre os preços de compra dos escravos e revelam as pessoas que os ajudaram a comprar a liberdade, mas raramente relatam a maneira

¹² MATOSO, KLEIN & ENGERMAN, 1988: 65.

como os cativos economizavam dinheiro suficiente para integralizar a quantia necessária à compra de sua liberdade.

Com o objetivo de reunir o dinheiro necessário para a compra de sua alforria, os escravos recorriam a parentes, grupos de caridade e até mesmo a senhores a quem tivesse sido alugados. Na documentação pesquisada, quando terceiros eram mencionados tratavam-se de parentes e, no caso das crianças, os seus padrinhos poderiam comprar, como já mencionado, a carta de liberdade.

Em 1718, a preta forra Maria Correia pagou 250 oitavas de ouro pela liberdade de seu marido o africano Miguel de Nação Mina do Gentio da Guiné¹³. O documento confirma não apenas o fato de que os laços de parentesco explicam boa parte das alforrias "pagas por terceiros", como também a perspectiva de que alforriar as mulheres poderia significar, em função das oportunidades de trabalho que elas encontravam no contexto urbano das áreas mineradoras, uma possibilidade de estender as oportunidades de alforrias para outros escravos.

Outra prática associada às manumissões era o pagamento do valor do escravo em prestações, conhecida como coação. Os senhores e escravos faziam um acordo informal que estabelecia que o cativo pagaria o preço estipulado parceladamente (um preço específico em um determinado espaço de tempo).

¹³ ACSM, Livro de Notas do Tabelaio n°8,1718.

Depois da última prestação, o dono registrava a carta de liberdade, mas para o período em questão não nos deparamos com esta forma de alforria.

Independentemente de como o escravo juntava o dinheiro para a sua própria compra, o que transparece é que trabalhavam duramente uma vez que se privavam de despender com gastos pessoais os recursos que conseguiam reunir nos momentos em que não estavam trabalhando para seus senhores.

5- Conclusões

A descoberta de depósitos auríferos, na região que mais tarde foi denominada de Minas Gerais acarretou um processo histórico que iria afetar a vida do Brasil colonial e conseqüentemente a história da metrópole portuguesa. A notícia do achamento do ouro e posteriormente, das pedras preciosas, deslocou, num curto espaço de tempo, imigrantes de todos os lugares da América Portuguesa, de Portugal e de países da Europa.

A ocupação das Gerais e as atividades mineradoras que lá se consolidaram transformaram a sociedade numa mistura de raças, classes e condições sociais. A miscigenação e as alforrias faziam parte do escravismo brasileiro e foi nas Minas Gerais do setecentos que se concentrou nossos esforços investigativos.

Este trabalho tentou recuperar as principais variáveis intervenientes no processo de concessão de alforria - gênero, origem, tipo de alforria etc. - para o período de 1716 a 1722.

Através do emprego de análises quantitativas, pretendeu-se estabelecer o ritmo das manumissões ao longo do período, sempre assinalando que não levamos em conta dados sobre a população livre, forra e escrava de Mariana para o século XVIII. Além disso, não podemos assegurar que todos os papéis de liberdade consignados pelos tabeliães tenham se conservado nos arquivos.

Dentro dessas limitações chegamos à conclusão de que as alforrias registradas foram desproporcionalmente distribuídas entre escravas mulatas, crioulas e a condição prevalecente foi a de título gratuito.

O levantamento de documentação referente a alforrias para, outras áreas e outras épocas da história do Brasil, certamente demonstrará a possibilidade de que circunstâncias específicas determinem diferentes comportamentos das variáveis relacionadas à manumissão.

De acordo com Paiva:

*"não resta nenhuma dúvida de que, no Brasil e, particularmente, no caso das minas setecentista, as práticas de manumissão constituíam uma espécie de válvula de escape para suavizar a reprodução de conturbado sistema escravista"*¹

O universo que envolve o processo de libertação de cativos apresenta lacunas que não foram solucionadas. A questão da conjuntura econômica é uma delas. Lislly aponta que:

¹PAIVA, 1995, p.13.

"Assim as alforrias, ainda que guardassem uma relação estreita com as conjunturas sobretudo económicas, não tinham, automaticamente, seu comportamento determinado, de forma unívoca, pelas oscilações das atividades produtivas, sobretudo aquelas vinculadas ao mercado externo. Prova disso é que situações de crise econômica poderiam tanto incrementar o número de alforrias (como ocorrera no Recôncavo baiano e em Salvador) como arrefecer o seu ritmo, caso de Minas Gerais que, no período de crise da atividade mineradora experimentou a contração do ritmo das manumissões observado para a primeira metade do setecentos".²

Apesar de utilizarmos como base documental somente as escrituras de alforrias para o presente estudo, ocorreu-nos uma sugestão para um futuro trabalho: para levantarmos informações mais precisas acerca do "elemento forro" seria interessante pesquisar outros documentos. Outras fontes como os inventários e as certidões de batismos se apresentam como indispensáveis para fazermos um estudo mais aprofundado do assunto.

De qualquer forma, constatamos que, existe na historiografia um número razoável de estudos baseados em cartas de alforria, interessados em entender os indivíduos que tiveram a experiência singular de viverem uma parte de sua vida como escravos e outra como livres.

²LISLY, 1999,p.343.

6 - Anexo 1

Mapa dos negros que se capitaram desde que principiou a capitação em cada uma das Comarcas, 1735-1750.

Seis meses de 1735

(Teve princípio a capitação no dia 1 de julho de 1735)

Lugar	Escravos	Forros
Vila Rica	20 863	316
Mariana	26 892	176
Rio das Mortes	14 400	144
Sabará	24 284	576
Serro do Frio	10 102	208

1736 (Primeira Matrícula)

Vila Rica	20 904	289
Mariana	26 752	181
Sabará	23 284	483
Rio das Mortes	14 471	159
Serro do Frio	8 988	178
Sertões	3 331	94

1736 (Segunda Matrícula)

Vila Rica	21 158	870
Mariana	26 828	757
Sabará	23 746	919
Serro do Frio	8 329	330
Rio das Mortes	14 629	521

1737 (Primeira Matrícula)

Vila Rica	21 405	870
Mariana	26 584	193
Sabará	23 937	813
Serro do Frio	8 474	133
Rio das Mortes	14 716	129
Sertões	2 877	34

1737 (Segunda Matrícula)

Vila Rica	21 171	227
Mariana	26 684	184
Rio das Mortes	15 083	153
Sabará	27 972	531
Serro do Frio	8 264	139

1738 (Primeira Matrícula)

Vila Rica	21 012	223
Mariana	26 532	184
Rio das Mortes	15 096	138
Sabará	28 082	516
Serro do Frio	8 166	107
Sertões	2 719	38

1738 (Segunda Matrícula)

Vila Rica	20 959	208
Mariana	26 432	197
Rio das Mortes	15 532	139
Sabará	29 695	466
Serro do Frio	8 198	109

1739 (Primeira Matrícula)

Vila Rica	20 883	192
Mariana	26 545	219
Sabará	22 931	288
Rio das Mortes	15 281	128
Serro do Frio	8 216	111
Sertões	8 154	36

1739 (Segunda Matrícula)

Vila Rica	21 038	206
Mariana	26 171	227
Sabará	22 274	263
Rio das Mortes	15 182	122
Serro do Frio	8 266	105

1740 (Primeira Matrícula)

Vila Rica	20 667	187
Mariana	26 082	254
Sabará	22 392	243
Rio das Mortes	15 301	170
Serro do Frio	8 063	93
Sertões	2 127	20

1740 (Segunda Matrícula)

Vila Rica	21 165	187
Mariana	26 131	214
Sabará	22 127	212
Rio das Mortes	15 302	128
Serro do Frio	8 166	90

1741 (Primeira Matrícula)

Vila Rica	21 171	183
Mariana	26 149	236
Sabará	22 495	209
Rio das Mortes	13 303	125
Serro do Frio	8 206	97

1741 (Segunda Matrícula)

Vila Rica	21 451	172
Mariana	25 750	239
Sabará	22 369	200
Rio das Mortes	15 328	113
Serro do Frio	8 316	86
Sertões	1 498	7

1742 (Primeira matrícula)

Vila Rica	21 492	219
Mariana	25 491	252
Sabará	22 335	217
Rio das Mortes	15331	111
Serro do Frio	8 123	80
Sertes	1 356	19

1742 (Segunda matricula)

Vila Rica	21 561	247
Mariana	25 425	252
Sabará	22 227	213
Rio das Mortes	15 342	111
Serro do Frio	8 135	62

1743 (Primeira matrícula)

Vila Rica	21 673	236
Mariana	25 495	260
Sabará	22 148	216
Rio das Mortes	15 342	117
Serro do Frio	8 009	55
Sertes	1 719	7

1743 (Segunda matrícula)

Vila Rica	21 746	238
Mariana	24 820	254
Sabará	22 740	221
Rio das Mortes	15 340	121
Serro do Frio	7513	41

1744 (Primeira matrícula)

Vila Rica	21 403	251
Mariana	24 448	248
Sabará	22 146	237
Rio das Mortes	14 923	119
Serro do Frio	7 106	57
Sertes	1 349	3

1744 (Segunda Matrícula)

Vila Rica	20 488	240
Mariana	23 768	253
Sabará	20 271	219
Rio das Mortes	14 691	111
Serro do Frio	6 828	48
Paracatu	5 946	56

Entrou nestes seis meses a pagar Paracatu, por ir para l a Intendncia, e até a pagava por serto Paracatu.

1745 (Primeira Matrícula)

Vila Rica	20 168	245
Mariana	23 438	232
Sabará	20 253	235
Rio das Mortes	14 420	120
Serro do Frio	6 935	50
Paracatu	8 548	81
Sertes	1 604	6

1745 (Segunda Matrícula)

Vila Rica	20 036	231
Mariana	23 153	201
Sabará	20 242	254
Rio das Mortes	14 410	99
Serro do Frio	6 943	49
Paracatu	7 632	69

1746 (Primeira Matrícula)

Vila Rica	19 932	235
Mariana	22 891	229
Sabará	20 490	276
Rio das Mortes	13 900	117
Serro do Frio	6 952	50
Paracatu	7 581	74
Sertões	1 582	4

1746 (Segunda Matrícula)

Vila Rica	19 584	226
Mariana	22 665	240
Sabará	20 706	258
Rio das Mortes	13 662	112
Serro do Frio	9 952	50
Paracatu	7 203	71

1747 (Primeira Matrícula)

Vila Rica	16 893	221
Mariana	21 866	241
Sabará	20 219	290
Rio das Mortes	13 619	133
Serro do Frio	6 968	65
Paracatu	6 620	83
Sertões	1 085	4

1747 (Segunda Matrícula)

Vila Rica	19 541	208
Mariana	21 550	253
Sabará	21 094	287
Rio das Mortes	13 518	112
Serro do Frio	6 945	49
Paracatu	6 725	67

1748 (Primeira Matrícula)

Vila Rica	19 162	208
Mariana	21 331	235
Sabará	20 740	267
Rio das Mortes	13 584	124
Serro do Frio	7 005	71
Paracatu	6 412	59
Sertões	1 465	4

1748 (Segunda Matrícula)

Vila Rica	19 064	206
Mariana	20 792	233
Sabará	20 183	249
Serro do Frio	6 988	65
Paracatu	6 223	58

1749 (Primeira Matrícula)

Vila Rica	18 739	189
Mariana	20 539	244
Sabará	20 838	284
Rio das Mortes	13 711	103
Serro do Frio	6 980	72
Paracatu	6 019	62
Sertões	1 460	7

1749 (Segunda Matrícula)

Vila Rica	18 293	182
Mariana	20 014	230
Sabará	20 819	280
Rio das Mortes	13 715	105
Serro do Frio	6 975	51
Paracatu	5 521	60

7. BIBLIOGRAFIA

7.1 Livros citados e/ou consultados

ALGRANTI, Leila Mezan. *Ofeitor ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Petrópolis, Vozes, 1988.

ALMADA, Vilma Paraíso. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BELLINI, Ligia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria In: REIS, João José (org.). *Escravidão & Invenção da Liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense/CNPQ, 1988. p.73.

BOXER, Charles R. *A Idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial 1695- 1750*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1963.

CAMPOLINA, Alda Maria Falhares. *Escravidão em Minas Gerais*. Cadernos do Arquivo 1. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1988.

CANO, Wilson. A economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII). *Contexto*, n°3, São Paulo, 1977.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil Séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____ • História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.45-59.

CHALOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel, 1966.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

EISENBERG, Peter L. "Livres, libertos e escravos". *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, 432 p.

_____. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 241-258.

FIGUEIREDO, Luciano R. de Almeida. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Edunb, 1993.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. 13ed .2vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: Estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1999.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

_____. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de(org.) *Metais e pedras preciosas. História Geral da Civilização Brasileira. A época colonial*. São Paulo: Difel, t..1, v. 2,1985.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. Tradução: Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750 - 1808*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais nos século XIX*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____, KLEIN, Herbert S. e ENGERMAN, Stanley L. Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforria na Bahia. In: REIS, João José (org.) *Escravidão e invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988. p.60-72.

MONTI, Cario Guimarães. *O processo de Alforria: Mariana (1750-1779)*. Tese de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2001.

MOTT, Luiz. *O sexo proibido. Virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas: Papyrus, 1988.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1983.

_____. (org.) *Historia da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através de testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1993.

_____. (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto e Ed Unesp, 1997.

REIS, João José. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade, estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *A morte é uma festa, ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

7.2. Artigos citados e/ou consultados

BERGAD, Laird W. Depois do boom: aspectos demográficos e económicos da escravidão em Mariana, 1750-1808. *Estudos Económicos*, São Paulo, 24 (3), 495-525. Sei-Dez. 1994. p.497.

BOTELHO, Tarcísio R. As alforrias em Minas Gerais no século XIX. *Varia História*. Belo Horizonte, n° 23, 2000.

EISENBERG, Peter L. Ficando Livre: as alforrias em Campinas no século XIX. *Estudos Económicos*. IPE/USP, 17 (2), maio/ago. 1987.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Crime e revolta: relações entre senhores e escravos em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX. *Registro*, ano 1, n°1, Mar./Ago. 1994.

_____. Cartas de liberdade: registros de alforrias em Mariana no século XVIII. In: *Anais do 1-71 Seminário sobre economia mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 1995, v. 1.

_____. As margens da liberdade: Alforrias em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. In: *LPH- Revista de História*. Mariana: Departamento de História/UFOP, n°6, 1996, p.200-208.

_____. Coartações na Comarca de Ouro Preto: 1800 - 1850. *Pós-História (Revista de Pós-Graduação em História)*. Assis: Universidade Estadual Paulista, v. 6, 1998, p. 149-161.

_____. Algumas perspectivas da historiografia sobre Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX e Legislação e Condição Social de Escravos e Libertos na Sociedade Mineira. In: *Termo de Mariana: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

_____. Mapa dos negros que se capitaram e a população forra de Minas Gerais (1735-1750). *Varia Historia*: Belo Horizonte, 1999. Volume especial sobre o Códice Costa Matoso.

LARA, Sílvia Hunold. Cativo e alforria. Folhetim-Fo/fra de São Paulo, 08/05/1987, p. B-9.B-10.

LUNA, Francisco Vidal. Economia e sociedade em Minas Gerais (período colonial). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (24) 1982, pp.38-39.

_____. e COSTA, Iraci del Nero da. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. *Ciência e Cultura*. 32(7), julho de 1980.

_____. Demografia Histórica de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, UFMG, Jan., nº58, 1984, pp. 16-62.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Últimos Carijós: escravidão indígena em Minas Gerais colonial. In: *Revista Brasileira de História*, nº 34, vol 17, 1997, pp. 165-181.

_____. GAMA, Lana Lage da. Alforria de crianças escravas no Rio de Janeiro do século XIX. In: *Resgate*. Campinas, nº2, 1991.

7.3 Obras de Referência

BOSCH, Caio César (coord). Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. Doc. 46, p. 406-413.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1933, n°2, ano XXIV, p. 562 e 600.

7.4 Fontes primárias

Arquivo Histórico Casa Setecentista de Mariana

Livro de Notas do Tabelião n°5 1º ofício

Livro de Notas do Tabelião n°6 1º ofício

Livro de Notas do Tabelião n°7 1º ofício

Livro de Notas do Tabelião n° 8 1º ofício

Livro de Notas do Tabelião n° 9 1º ofício

Livro de Notas do Tabelião n° 10 1º ofício

Livro de Notas do Tabelião n° 11 1º ofício

Livro de Notas do Tabelião n° 12 1º ofício

Livro de Notas do Tabelião n° 13 1º ofício

Livro de Notas do Tabelião n° 14 1º ofício

Livro de Notas do Tabelião n° 15 1º ofício

Livro de Notas do Tabelião n° 16 1 ofício

Livro de Notas do Tabelião n° 17 1º ofício

Livro de Notas do Tabelião n° 18 1º ofício

Monografia de Bacharelado apresentada ao
departamento de História da Universidade Federal de Ouro
Preto, sendo avaliadores os seguintes professores:

Prof Andréa Lisly Gonçalves
Orientadora

Prof. Antônio Carlos Jucá de Sampaio

Prof Edna Maria Ferreira da Silva